

Trechos extraídos do livro *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. :

“[...]O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitânicas, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O Rei conservará apenas 6 Léguas (é uma antiga medida portuguesa equivalente aproximadamente a 6 quilômetros). [...] Direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitânicas arcarão com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores.[...]

[...]já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa seria altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, como vimos, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo baiano, como seria chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar.[...]

[...]Quanto aos produtos desta pequena agricultura de subsistência, eles foram em grande parte procurados na cultura indígena. Assim, diferentes espécies de tubérculos, em particular a mandioca (*manihot utilissima*, Pohl). Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia, e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nesta lista. As verduras, pelo contrário, sempre foram pouco consumidas na colônia. A abundância de frutas substituiu suas qualidades nutritivas; não somente a flora nativa do Brasil conta com grande número de frutas comestíveis e saborosas, como algumas espécies exóticas (a banana e a laranja, sobretudo), introduzidas desde o início da colonização, foram largamente disseminadas.[...]

[...]já nos fins do primeiro século se inicia na capitania de São Vicente (São Paulo) uma pequena mineração aurífera de lavagem; mas tão insignificante que passou quase despercebida e teve um caráter estritamente local.[...]

[...]De um modo geral, é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje.[...]

[...]Destaca-se a vertente norte da Chapada do Araripe, no Ceará, onde as águas brotam com certa abundância dos flancos da montanha; formou-se aí um verdadeiro oásis no agreste deserto cearense. Outra região agrícola borda as margens do Parnaíba e seus afluentes principais. Em menor escala, as do Jaguaribe, no Ceará. O gênero de vida determinou nestas regiões agrícolas esparsas e raras um povoamento mais adensado; acresce nelas o comércio, pois são todas pontos de contacto e de trânsito de certa importância. Também no rio São Francisco encontram-se outras atividades além da pecuária: no trecho médio do seu curso exploram-se algumas pobres jazidas de sal de rocha cujo produto serve para abastecer boa parte do sertão baiano, do mineiro e até Goiás.[...]

[...]Encontraram os colonos na sua floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar as madeiras e produtos abundantes do reino animal: peixes, caça, a tartaruga. Na extração destes produtos encontrará a colonização amazônica sua base econômica.[...]"

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense. 26ª Edição, 1976. pg 18 - 70.